

## Considerações finais

Nesta tese, analisei os discursos e as práticas que materializam a condição social das crianças, das professoras e da Educação Infantil no município de Belo Horizonte. Propus conhecer os processos de socialização e institucionalização expressos no dia-a-dia de uma creche comunitária (significada pela presença de crianças e de adultos) e nas experiências narradas pelas professoras (suas trajetórias humanas e profissionais, e sua participação na construção de políticas e propostas para a Educação Infantil), abrindo caminhos para o entendimento do lugar social da educação, da infância, da formação e da atuação de professores no contexto contemporâneo.

*Acolher, atender, cuidar, educar, ensinar, brincar*, dentre outros discursos, ações e relações, são noções incorporadas de forma complexa, e nelas cabem os mais paradoxais significados. Nos relatos das trajetórias das professoras, bem como na história da Educação Infantil em Belo Horizonte, explicitam-se diferentes concepções, que se expressam de forma dialética: são histórias tecidas entre a precariedade e a dignidade dos sujeitos, escritas nos espaços possíveis de produção humana, atravessadas por signos ideológicos que as constituem e conformam.

Nesse contexto, um olhar sobre as crianças como sujeitos, articulado a uma compreensão sobre a importância do brincar, mostra-se como uma das estratégias de efetivação de uma concepção de infância, com direitos subjetivos e singularidades em seu processo de inserção na cultura. Esta visão está presente em diferentes discursos públicos. No *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, no projeto político-pedagógico do município e nas propostas que as creches procuram efetivar em seu cotidiano, a brincadeira é afirmada como princípio fundamental, linguagem prioritária, direito inalienável, método, processo e conteúdo; conhecimentos dos quais as professoras precisam apropriar para afirmar a Educação Infantil como concepção pedagógica. O direito de acesso à brincadeira expressa-se como sinônimo do próprio direito à infância.

Ao lançar o foco da pesquisa para este quadro e noção, observei no cotidiano das instituições de Educação Infantil um movimento, que vem emergindo, de

“reconfiguração” daquilo que constitui sua estrutura, discurso e ação: anunciam-se outras formas de organização e intervenção, e incluem-se conhecimentos, como as artes, a música e a educação física. Mesmo reconhecendo contradições contundente, não se deve ignorar que esse movimento tem constituído um processo de apropriação e produção de saberes pelas professoras.

Nesta pesquisa aponto, também, a importância de compreender os discursos e os significados que atravessam essas relações pedagógicas. Ao me aproximar do cotidiano de uma creche comunitária, pude registrar os diferentes tempos, espaços e conhecimentos que emergem com sentido pedagógico e marcam as relações entre os adultos e as crianças, instaurando um contexto escolar singular significado em um universo cultural mais amplo.

Integrado ao discurso da importância do brincar e do direito à infância, emergem práticas e significados de uma educação dos corpos das crianças relacionados ao conjunto de solicitações da sociedade e da cultura contemporânea. O reconhecimento, a compreensão e a apropriação do que é experimentado cotidianamente pelos diferentes atores que partilham a Educação Infantil e pelo que é dito pelas professoras sobre suas histórias, relações, conhecimentos, tempos e espaços institucionais podem abrir caminho para uma reconstrução reflexiva das práticas escolares com crianças pequenas.

Nesse sentido, as relações pedagógicas que constituem a Educação Infantil devem ser mais bem compreendidas. Afinal, o que se quer ensinar às crianças? O que se quer que as crianças aprendam? Como crianças e adultos participam da produção desse contexto de formação humana?

Concluí que sobressai uma idéia de que o que as crianças têm para aprender é uma consequência direta de uma nova disposição de objetos, instrumentos e processos. Isso tem reforçado, em diferentes momentos, uma descentração/ deslegitimação da presença/ ação/ intencionalidade do adulto/ professora. Neste ponto, o discurso da brincadeira afirmado, ora como conteúdo, ora como metodologia que traduz especificidade à Educação Infantil, se incorporado de forma irrefletida, traz o risco de reforçar uma idéia de aprendizagens naturais-espontâneas, que recaem em uma concepção abstrata e idealizada das crianças, suas relações e aprendizagens.

No cotidiano das escolas, as professoras, em muitos casos, não conseguem romper com uma prática, muitas vezes, ingênua e autoritária, que se perde e que perde a oportunidade de estabelecer mediações ricas e relações de produção compartilhada de conhecimentos. Também constatei que as professoras, em diferentes momentos, organizam suas ações pedagógicas sem retomar suas próprias trajetórias e experiências, seus saberes, suas infâncias, suas brincadeiras, seus projetos.

Contudo, o diálogo do pesquisador com as professoras reforçou o cuidado para não fazer julgamentos apressados. À medida que as histórias partilhadas por professoras e crianças podem ser contadas e apropriadas, abrem-se perspectivas para que determinados discursos possam ser reconhecidos e superados. Ao aproximar-me das professoras foi possível verificar uma história coletiva que faz emergir as diferentes trajetórias das instituições de Educação Infantil e traz uma organização pedagógica envolvida em um processo de construção de outra imagem profissional, atrelada a outra visibilidade das crianças. São questões que dizem respeito à possibilidade das professoras se reconhecerem na creche e nas relações com as crianças consolidadas pelo seu sentido educativo.

Ressalto uma atenção especial às relações com as crianças no contexto educativo: são relações que se expressam em práticas concretas e, por isso, podem ser registradas, partilhadas, apropriadas e reconstruídas. Ainda que persista, em diferentes momentos, certa fragmentação e hierarquização da tensão teoria e prática, pude perceber que a experiência de narrativa de uma história abre brechas para a produção e apropriação de conhecimentos. Ao pensar a formação de professores, além da importância de compreensão de pressupostos e concepções teóricas, emerge o direito fundamental de recuperar uma condição de sujeitos na produção dos significados da prática. Sujeito é uma categoria coletiva. As crianças só podem se expressar como sujeitos se os adultos com os quais elas se relacionam também puderem compreender-se e expressar-se como sujeitos. Esse entendimento é fundamental.

Nesse sentido, os diferentes discursos e práticas que emergem no cotidiano a partir de noções como o direito à infância e à brincadeira aparecem tensionados e implicados em uma realidade social que envolve todos – crianças e adultos, homens e

mulheres –, e, por isso, são inseparáveis da compreensão dos lugares sociais, onde se revelam e podem ser decifrados. Ao propor uma reflexão das relações sociais e culturais entre crianças e adultos, que se realiza como educação escolar em uma creche comunitária, busquei reconhecer e problematizar contradições éticas e políticas que estão impregnadas no contemporâneo. A desigualdade de direitos e as brutalidades sociais que muitas crianças vivem não se referem apenas às crianças. Estão contextualizadas na fragilidade democrática que crianças e adultos partilham e que constituem uma inserção social e cultural ainda precárias.

A educação de crianças está atravessada por um tempo-espaço institucional que coloca em cena para além das dimensões técnicas e instrumentais, um contexto de mediações culturais e sociais. Uma escola para crianças pequenas, também, revela-se como possibilidade de desvelamento, tanto de uma tradição quanto de experiências culturais e sociais presentes. Colocamo-nos sob o risco de nos ver diante de modelos contemporâneos, desprovidos de uma história e de experiências capazes de promover uma existência mais crítica e reflexiva. A escola, como lugar de experiências sociais e culturais, tempo e espaço de formação humana, pode se traduzir como uma rica possibilidade de leitura do mundo e de escrita de uma história coletiva.

O conhecimento, como saber gerado nos processos sociais, não se restringe, por isso, a uma apropriação neutra e objetiva do mundo. Refere-se a uma dinâmica de produção de significados e de elaboração da cultura. A possibilidade de ler o mundo e interpretá-lo, significá-lo, inscrevê-lo como história, coloca-se para além (apenas citando como exemplo) da discussão e aplicação de um melhor método de alfabetização. Nesta pesquisa, pude perceber que as técnicas estão relacionadas aos próprios processos históricos de construção dos conhecimentos sociais.

Conhecimentos, técnicas e saberes, em suas mais amplas dimensões, constituem patrimônio da humanidade e direito inalienável. Isso inclui pensar as condições de acesso e a compreensão dos meios de sua produção. Envolve, por isso, uma reapropriação do lugar de autoria e autoridade no processo de elaboração da cultura. Refere-se, assim, à possibilidade de superação de uma trajetória em que crianças, adultos, homens e mulheres se viram destituídos dos meios de produção da sociedade, como uma das faces perversas da injustiça e da desigualdade.

O que singulariza os seres humanos é a pluralidade de experiências. A compreensão do mundo está implicada nos processos, instrumentos e relações que podem se materializar como cultura: danças, festas, rituais, músicas, brincadeiras, artes, jogos, cinema, teatro, literatura, nas mais diferentes formas de existência e expressão do corpo e da memória. Uma política de direitos assume, nessa perspectiva, papel problematizador das condições de inserção cultural e se refere à possibilidade de elaboração de experiências políticas, éticas e estéticas. Inserida na capacidade de crítica, esta tese também procurou refletir sobre o risco que a modernidade vem submetendo a todos de nos privarmos de nossa capacidade de “narrar” e de ir além do que a história parece esgotar no momento de sua realização. A narrativa da história, assumida como forma de partilha das experiências e dos processos humanos, traz consigo a marca da presença corporal dos sujeitos na produção do mundo.

A Educação Infantil, concebida como uma política pública de infância, também está relacionada à pluralidade de conhecimentos culturais, entendidos como patrimônio humano e coletivo, em que se revela uma riqueza de experiências e saberes. Como tempo e espaço de circulação da cultura, abre-se às histórias, trajetórias, valores e formas de decodificação e interpretação do mundo, direito e condição humana de professoras e crianças. Não cabe, pois, alimentar dicotomias. Apropriar-se dos conhecimentos e seus meios de produção, decifrar contradições, tensões e preconceitos se expressam como dimensões constitutiva da humanidade de crianças, professoras, bem como das formas de gestão pública.

Problematizar a brincadeira – compreendendo que os corpos dos sujeitos trazem consigo impressa a história da humanidade – pressupõe reconhecer as marcas que, nas trajetórias humanas, foram e estão sendo deixadas nos corpos e na memória dos sujeitos. Por isso, o corpo não é território da irracionalidade, tampouco a reflexão e a criticidade são formas de expressão humana restritas a uma idéia de cognição como condição racional. Revela-se, nesse sentido, a condição humana em sua plena dimensão ética e estética. Dessa noção decorre um olhar sobre a formação humana (de crianças e adultos) como um processo de apropriação das práticas corporais encarnadas na cultura, com toda sua contraditoriedade. Supõe o reconhecimento de

discursos que materializam ideologias e se constituem como relações de consumo e poder.

Sabemos que as práticas corporais não estão isentas de signos ideológicos. A arte, a brincadeira, a dança, o esporte, a ginástica, a música, a literatura, a televisão, o teatro, o cinema evidenciam-se como conhecimentos humanos contextualizados e significados na história. Trazem preconceitos, violência, isolamento dos sujeitos. Por isso, denunciam contradições que reclamam mediações. Ao focar os processos de classificação e distribuição que atravessam os corpos dos sujeitos no cotidiano de uma escola de Educação Infantil, chamo atenção para os controles sutis que crianças e professoras, dia-a-dia, vão incorporando como formas “naturais” de organização e expressão, sem que percebam os signos sociais que atravessam suas relações, ações e discursos.

Entretanto, também afirmo a importância de ampliar a compreensão das possibilidades de resistência e produção de outras práticas e discursos. Nesse sentido, esta pesquisa, atravessada pelo olhar da educação física, insere-se em um campo de produção de conhecimentos que tem enfrentado o desafio histórico de buscar aproximar-se da escola como tempo e espaço, que supõe uma partilha de experiências sociais. Isso pressupõe problematizar os processos de transmissão e produção da cultura humana – tanto seus fundamentos técnicos quanto seus princípios e responsabilidades humanas e sociais. Nesse sentido, busquei dar visibilidade aos lugares, discursos e papéis sociais que marcam o corpo na escola, instituem relações e constituem os processos de formação humana.

A pesquisa no campo da Educação é complexa. Exige um delicado trabalho de reconstrução da realidade social, diálogo e interlocução com outros campos disciplinares e aponta a necessidade de encontrar alternativas às situações práticas com que se defronta. Esta tese, marcada pelo olhar sociológico, procurou apresentar uma análise das relações que têm constituído a Educação Infantil no município de Belo Horizonte: os discursos institucionalizados, os significados que conformam as relações das crianças com as professoras, as trajetórias de vida e profissional, as concepções e os processos que materializam as políticas de infância e as histórias da Educação Infantil. Creio, nesse sentido, ter elaborado um diálogo lúcido e sensível

com a problemática da infância e das relações entre as crianças e os adultos, em especial naquilo que constitui uma “educação do corpo” nos processos de construção da cultura e de formação humana.

Para finalizar, ressaltar alguns temas, dentre tantos outros, como possíveis desdobramentos da pesquisa:

- As relações entre adultos e crianças no contexto escolar e social contemporâneo. Nesse sentido, o olhar sociológico apresenta a possibilidade de uma análise sustentada nos processos de produção da cultura, ancorada nas condições sociais em que crianças e adultos vivem, interagem e dão sentido ao que fazem. Dessa forma, ao se buscar aproximação de uma possível especificidade dos processos e trajetórias da infância, remete-se às relações simbólicas que constituem a cultura humana e sua construção histórica e relacional.
- Os significados que as brincadeiras, as artes e as práticas corporais carregam, materializam-se e podem se expressar no contexto de uma educação escolar. Assinalo que essas relações constituem formas de realizar uma “educação corporal” e pressupõem o entendimento das relações sociais e das formas de produção e consumo cultural. Cabe, nesse sentido, ressaltar a importância de estender a compreensão dos significados que assumem, como discurso e como prática, nos diferentes tempos e espaços que constituem a complexa teia social tanto em sua constituição histórica quanto na sua expressão contemporânea.
- Os contextos de implementação de políticas públicas de Educação Infantil, em que reflitam as formas de participação e as responsabilidades dos diferentes atores, instituições e instâncias governamentais e não-governamentais. Assinalo o desafio de buscar entender a “densidade” dos processos e das “histórias” da Educação Infantil. As experiências cotidianas partilhadas em diferentes estados e municípios, nesse sentido, abrem brechas para a apropriação das trajetórias humanas, profissionais e institucionais que vêm consolidando discursos e significados sociais.

- As relações políticas entre os setores da educação e da assistência, no sentido de promover uma compreensão da Educação Infantil e sua efetivação como uma política de infância. Isso torna fundamental alargar o entendimento dos conhecimentos produzidos e das relações vividas no setor da Assistência Social no contexto da Educação Infantil em diferentes estados e municípios – os diálogos, as rupturas, as omissões, etc. –, em especial as diferentes histórias de “passagem” da educação de crianças de 0 a 6 anos para o setor da Educação. Constituem, pois, relações imprescindíveis para a elaboração de um projeto político interdisciplinar, que possa se refletir como direito amplo de acesso a uma Educação Infantil pública.

- A prática cotidiana das professoras nas instituições, aproximando-se da escola e ampliando canais de interlocução que apontem outras concepções, saberes e processos para a formação de professores. Ao aproximar-me desse contexto de relações cotidianas, emergiram histórias, trajetórias e conhecimentos que desvelam possibilidades de efetivar uma organização pedagógica atrelada a uma imagem profissional e institucional enraizada cultural e socialmente.

Espero, nesse sentido, ter contribuído para futuros estudos, bem como ter apresentado análises que dêem lugar à apropriação dos discursos e dos significados que as brincadeiras, entre outras práticas corporais, têm assumido no espaço escolar, anunciando perspectivas para que as relações pedagógicas possam ser reinterpretadas e reconstruídas no cotidiano da Educação Infantil, no encontro entre as crianças e as professoras.